

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Município que reformar previdência poderá parcelar dívidas, propõe PEC dos precatórios3

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Gasolina tem novo reajuste e alta no ano chega a 73,4%..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sindicatos fazem ato pela desoneração da folha..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petroleira reajusta gasolina em 7%. No ano, já subiu 73%..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para Guedes, revisões são "conversinhas" 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco vence disputa sobre tributação de valores perdoados em parcelamento.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita publica nova orientação sobre taxaço de software.....11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Recebimento de precatórios: atenção para a cobrança indevida do Leão 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Orçamento virou feira livre13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Responsabilidade fiscal em questão (Editorial)..... 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro: privatização da Petrobras entrou "no radar" 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Economistas já preveem recessão em 2022 após reversão de expectativas..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Juros de empréstimos atingem maior patamar desde início da pandemia.....23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Economistas neoliberais insistem em ignorar legado de governos do PT (Artigo)..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Dono do BTG diz como influencia políticos e BC, e compara impeachment de Dilma a golpe de 64	26
.....	
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Drible ao teto dá extra de R\$ 2 bilhões para Congresso e Judiciário em 2022	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Bolsonaro fala em privatizar Petrobras e prevê problemas	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
O canto das sereias (Artigo)	33
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado projeta aumento de até 1,5 ponto para juros básicos	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
IPCA de 10% em dezembro não está descartado, diz economista	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Cenário fiscal leva a corte nas projeções do PIB	36
O GLOBO - RJ - BRASIL POLÍTICA	
Com mais institutos e universidades, MEC vai dividir para agradar	37

Município que reformar previdência poderá parcelar dívidas, propõe PEC dos precatórios

Fábio Pupo Thiago Resende

A nova versão da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos precatórios (dívidas da União cobradas pela Justiça), apresentada na última quinta-feira (21), criou a possibilidade de municípios parcelarem dívidas com a União caso aprove reformas da Previdência locais.

O Ministério da Economia vê a ideia como um "Refis" (programa de refinanciamento para devedores) destinado a prefeitos, mas com a condição de eles mudarem as regras previdenciárias para melhorar as contas municipais.

Esse "Refis" não estava na versão original, enviada pelo governo. A medida foi fruto de negociação política no Congresso e é vista como uma forma de garantir o apoio à tramitação da proposta por parte dos municípios, que podem ter precatórios a receber.

Para conseguir o parcelamento previsto, os municípios terão que comprovar uma série de mudanças específicas nas regras previdenciárias. Uma delas é que o rol de benefícios deve ser limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

Além disso, os servidores municipais não poderão pagar alíquotas menores de contribuição do que as que são aplicáveis aos servidores da União.

Os municípios também deverão adotar regras de elegibilidade, cálculo e reajuste dos benefícios que contemplem dispositivos semelhantes aos seguidos por **servidores públicos** da União e que contribuam para o equilíbrio fiscal.

O parcelamento valerá para todas as dívidas com vencimento até 31 de outubro de 2021, inclusive as parceladas anteriormente. Os valores poderão ser pagos ao longo de 20 anos.

A medida vale para dívidas de municípios, suas autarquias e fundações para com seus respectivos regimes próprios de Previdência (modalidade voltada a servidores) ou para o regime geral (voltado a cargos comissionados e à população em geral).

No caso das dívidas com o regime geral, os débitos parcelados terão redução de até 80% dos juros de

mora. Um ato do Ministério do Trabalho e Previdência definirá os critérios para o parcelamento e demais detalhes.

A proposta que flexibiliza os precatórios foi redigida originalmente para permitir que a União deixe de pagar todas os valores exigidos após cobranças judiciais e programados a partir de 2022. O texto cria um teto para os valores -tudo o que não for pago entra em uma fila a ser quitada ao longo dos anos seguintes.

O mecanismo pode gerar uma bola de neve, já que o ritmo de novos precatórios tem crescido ano a ano.

O governo afirma que esse efeito será contido por outros mecanismos previstos na PEC, como o que permite ao detentor do precatório trocar os valores por descontos em dívidas tributárias, na compra de terrenos da União ou na aquisição de ações de estatais que forem vendidas -com isso, o governo federal poderia abater ao menos parte dos valores devidos.

A nova versão da PEC foi além. Governo e seus aliados no Congresso inseriram uma manobra na regra de correção do teto de gastos que, na prática, expande o limite das despesas federais. O artifício detonou uma crise de confiança dos investidores em relação à condução da política fiscal, por ser um dribble no mecanismo do teto.

O conjunto das alterações previstas cria um espaço orçamentário para despesas de R\$ 83 bilhões no ano eleitoral de 2022, de acordo com o relator da proposta, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).

Além disso, o texto também tira o direito dos próximos presidentes da República de fazerem alterações na norma por meio de projetos de lei.

A regra do teto de gastos permite, pelo artigo 108 do ATCD (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), que a regra de correção possa ser revista a partir de 2026 por meio de projeto de lei complementar do Executivo. A alteração nos métodos de correção poderia ser feita uma vez a cada mandato presidencial.

A nova PEC extingue esse mecanismo e, com isso, o presidente da República só poderá alterar a regra

constitucional por meio de outra PEC -algo mais difícil de ser aprovado.

"Uma das mais estranhas propostas do novo relatório é revogar o art. 108 do ADCT, que justamente permite que o índice de correção do teto seja alterado a partir de 2026. Pelo visto, Guedes e companhia querem ser os únicos a poder alterar o método de correção", afirmou Vinícius Amaral, consultor legislativo no Senado, em rede social.

Enquanto um projeto de lei complementar pode ser aprovado com metade do total de parlamentares (41 senadores e 257 deputados), uma PEC vai além e exige três quintos dos parlamentares (49 senadores e 308 deputados).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

10

Gasolina tem novo reajuste e alta no ano chega a 73,4%

BRUNA OLIVEIRA* bruna.oliveira@zerohora.com.br

A Petrobras anunciou, ontem, novo ajuste para a gasolina, 17 dias após o último aumento, e do diesel, que havia sido reajustado em 28 de setembro. A gasolina vai aumentar R\$ 0,21 por litro e o diesel, R\$ 0,28 por litro. O aumento entra em vigor a partir de hoje nas refinarias. O preço médio de venda da gasolina A da Petrobras, para as distribuidoras, passará de R\$ 2,98 para R\$ 3,19 por litro (+7,04%). Já para o diesel A, o preço médio de venda para as distribuidoras, irá de R\$ 3,06 para R\$ 3,34 por litro (+9,2%).

Desde o início de 2021, a estatal já promoveu pelo menos 13 reajustes no preço do diesel (com 10 altas e três reduções) e 15 alterações no valor da gasolina (com 11 altas e quatro quedas). Neste ano, nas refinarias, a gasolina subiu 73,4% e o diesel acumulou alta de 65,3%.

Para o consumidor final, o peso do reajuste é diferente, já que inclui na conta o lucro das distribuidoras e os **tributos**. Segundo a Petrobras, o reajuste nas bombas deve impactar em alta de R\$ 0,15 por litro na gasolina. O cálculo considera a mistura obrigatória de 27% de etanol anidro e 73% de gasolina A para a composição da gasolina comercializada nos postos.

Para o diesel, o cálculo da estatal aponta aumento de R\$ 0,24 nas bombas, levando em conta a mistura obrigatória de 12% de biodiesel e 88% de diesel A para a composição do diesel vendido nos postos.

Na semana passada, o preço médio da gasolina ficou em R\$ 6,36 o litro nos postos, de acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O valor máximo verificado foi de R\$ 7,46. Já o diesel registrou preço médio de R\$ 5,04 e máximo de R\$ 6,42 o litro.

Considerando as médias mensais calculadas pela ANP no país, o preço da gasolina subiu R\$ 1,64 de janeiro a outubro - era R\$ 4,62 no primeiro mês do ano e passou para os atuais R\$ 6,26. No diesel, o aumento foi de R\$ 1,28 por litro - de R\$ 3,69 na média de janeiro para R\$ 4,97 na média de outubro.

Privatização Os reajustes refletem a alta do preço do

petróleo no mercado internacional e a desvalorização do real em relação ao dólar, sendo que nessa conta também entram os reflexos da instabilidade política no país e o anúncio, na semana passada, de que o governo federal irá furar o teto de gastos para viabilizar o Auxílio Brasil no valor de R\$ 400 até dezembro de 2022. O teto é a âncora fiscal do país e restringe o aumento das despesas no Orçamento. A moeda americana terminou a semana passada com valorização de 3,16% ante o real.

Além disso, apesar dos reajustes, os preços praticados pela Petrobras ainda se encontram defasados em relação ao mercado externo. Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, a gasolina está com o preço no mercado interno 7% abaixo do exterior, e do diesel, 9%. Para equiparar os valores, a Petrobras teria de elevar o preço em R\$ 0,37/litro para a gasolina e em R\$ 0,47/litro para o diesel.

Em **comunicado**, a Petrobras disse na semana passada que as distribuidoras encomendaram mais combustíveis para novembro do que de costume, e que não teve tempo de se preparar para esse incremento, o que deveria ser feito por importadores. Segundo Araújo, importadores podem se programar para atender a demanda extra, mas precisam que a Petrobras informe a real situação do mercado.

Em entrevista à rádio Caçula FM, de Três Lagoas (MS), ontem, Bolsonaro voltou a falar, sem detalhamento, sobre privatização da Petrobras, o que já havia feito há cerca de 10 dias.

- Quando se fala em privatizar Petróbras...então ou no nosso radar. Mas privatizar qualquer empresa não é como alguns pensam. É uma complicação enorme. (...) Se tirar do monopólio do Estado, que existe, e botar no monopólio de pessoa particular, fica a mesma coisa ou talvez até pior.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, também abordou o tema: - Se daqui a 10 ou 20 anos, o mundo inteiro migra para hidrogênio e energia nuclear, abandonando o combustível fóssil, a Petrobras vai valer zero daqui a 30 anos.

Aumento é verificado na Capital

ZH circulou por Porto Alegre no fim da tarde e constatou que ao menos um posto reajustou o preço da gasolina, ontem, de R\$ 6,76 para R\$ 6,96 por litro. Além disso, outro lugar já vinha cobrando R\$ 6,99 desde a semana passada.

O Procon da Capital informou que irá fiscalizar os postos. Segundo o diretor do Procon municipal, Wambert Di Lorenzo, será feito levantamento e pedida justificativa para elevações antes

do reajuste ocorrer nas refinarias. Se o órgão não julgar procedente a alegação, o caso será passível de multa.

- O aumento ainda não chegou no combustível que vai no bico da bomba e ele já aumenta para o consumidor. Vamos investigar - afirma o diretor do órgão.

* Com agências de notícias e participação na reportagem de Ramon Nunes e Samantha Klein

Busca por soluções

Os frequentes reajustes nos preços dos combustíveis têm mobilizado a atenção da classe política nos últimos meses. Veja abaixo propostas que avançaram no Congresso

CÁLCULO DO ICMS

A Câmara dos Deputados aprovou no último dia 13, por 392 a 71, projeto de lei complementar que muda

o cálculo da tributação sobre os combustíveis. A proposta, que agora tramita no Senado, determina que o ICMS cobrado em cada Estado seja calculado com base no preço médio dos combustíveis nos dois anos anteriores. Pelo texto, a cobrança passará a ser com um valor fixo por litro e substituirá o modelo atual, em que o ICMS incide sobre o preço médio ponderado ao consumidor final, que é atualizado a cada 15 dias. Por isso, quando a Petrobras aumenta o preço do combustível, a arrecadação dos Estados também cresce, mesmo que as alíquotas permaneçam inalteradas.

Os Estados são contra a medida e dizem que ela irá gerar perda de R\$ 24 bilhões para as finanças estaduais e de R\$ 6 bilhões para os municípios. O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda Estaduais (Comsefaz) diz que a mudança não trará qualquer efeito para diminuir o preço dos combustíveis, já que não altera os demais fatores que têm provocado a alta dos preços.

Para os Estados, a política de paridade internacional de preços da Petrobras tem demonstrado há anos

inadequação e lesividade à economia brasileira.

REFORMA TRIBUTÁRIA AMPLA

Para os Estados e o Comsefaz, o ambiente adequado para tratar o tema é na reforma tributária ampla, que tramita no Senado por meio da PEC110/2019. Ela simplifica impostos sobre o consumo e faz parte de uma das quatro etapas da reforma tributária que estão no Congresso.

O relatório da proposta, feito pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA), foi entregue no dia 5 de outubro ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

O parecer adota o modelo dual do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Esse modelo prevê dois IVAs: um federal e outro subnacional, compartilhado por Estados e municípios. O relatório conta com trava para que não haja aumento da carga tributária.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM), entidade que representa a maioria dos municípios do país, principalmente os menores, se manifestou favorável ao relatório.

Já a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que representa cidades com mais de 80 mil habitantes, como as capitais, é contra a PEC 110. A entidade critica a fusão do ICMS e ISS (Imposto sobre Bens) num Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, afirmando que isso desrespeita o pacto federativo. Segundo a FNP, o ISS é a principal receita das médias e grandes cidades, e sua junção com o ICMS poderá comprometer serviços públicos essenciais.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20211026>

Sindicatos fazem ato pela desoneração da folha

GUILHERME CAETANO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Petroleira reajusta gasolina em 7%. No ano, já subiu 73%

**BRUNO ROSA, DANIEL GULLINO, RAPHA RIBAS E
STEPHANIE TONDO economia@oglobo.com.br RIO E
BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para Guedes, revisões são "conversinhas"

Mariana Ribeiro, Matheus Schuch e Fabio Murakawa

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187046?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187046?page=1§ion=1

Fisco vence disputa sobre tributação de valores perdoados em parcelamento

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187046

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187046

Receita publica nova orientação sobre taxação de software

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187046

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187046

Recebimento de precatórios: atenção para a cobrança indevida do Leão

Vera Batista

Cidadãos, sejam servidores, sejam beneficiários do **INSS**, e empresas que receberam precatórios de 2016 para cá terão direito a rever a declaração do Imposto de Renda para o ressarcimento de milhões de reais cobrados indevidamente pela **Receita Federal**. Mas é importante ficar atento aos prazos. Os valores referentes a 2016, pagos pela União em novembro daquele ano, devem ser cobrados ao Leão até o último dia útil de deste mês. O alerta foi divulgado pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unafisco Nacional), com base em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A fatura pode chegar a R\$ 365 milhões em benefício do contribuinte, e o dinheiro vem com juros e correção monetária.

Para o Supremo Tribunal Federal, os juros de mora incidentes em verbas salariais e previdenciárias pagas em atraso têm caráter indenizatório. Não são acréscimo patrimonial. Ou seja, o Imposto de Renda não deveria ser cobrado. "Ficou claro que, pelo fato de ser indenização, não há incidência de IR. Então, qualquer contribuinte, servidor ou não, tem o direito de ajuizar uma ação de repetição de indébito, solicitando a restituição. O prazo é de cinco anos", esclarece Kiko Omena, tributarista e sócio do escritório Veloso de Melo Advogados.

"Desse valor que foi pago indevidamente, também correm juros e correção e dele a Receita também não pode cobrar IR", reforça Kiko Omena. Mauro Silva, presidente da Unafisco, enfatiza que a decisão do STF se aplica apenas aos juros. E o item que mais incide em juros são precatórios, na maioria, relativos a remuneração.

Para pessoas físicas, basta fazer a retificação da quantia na Declaração do Imposto de Renda de 2017 (ano calendário 2016). "Já as empresas vão precisar usar o formulário de Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/Dcomp)", assinala Silva.

A Unafisco Nacional simulou como funciona a incidência do imposto na prática. Um servidor que recebeu R\$ 200 mil de precatórios deve ter pago de IR retido na fonte cerca de 3% (R\$ 6.000). Porém grande parte do valor dos precatórios é formado por juros

(pode superar os 60%). "O pagador de **impostos** que se enquadra nessa situação deve abrir a sua declaração do IR 2017 e verificar como está detalhado seu precatório e pedir, no caso do exemplo, os R\$ 6 mil de volta", aponta a entidade. Por meio de nota, a Receita informou que deve publicar na próxima semana uma Instrução Normativa "com as orientações".

Notícias Relacionadas:

SEEB GOIÁS - GO

Recebimento de precatórios: atenção para a cobrança indevida do Leão

DIÁRIO DE PERNAMBUCO ONLINE - RECIFE - PE

Recebimento de precatórios: atenção para a cobrança indevida do Leão

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/10/4958069-recebimento-de-precatorios-atencao-para-a-cobranca-indevida-do-leao.html>

Orçamento virou feira livre



ROSANA HESSEL

O especialista em contas públicas Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, considera uma "falácia" o argumento do governo de que, para criar o benefício de R\$ 400 para os mais pobres, é preciso estourar o teto de gastos. No entender do economista, o governo está indo pelo "pior caminho" e isso deverá agravar o cenário econômico, travar o crescimento e elevar os juros e custo da dívida pública. "Isso é muito claro para quem faz contas", frisou. O diretor-executivo da IFI também não poupou críticas à Proposta de Emenda à Constituição que adia o pagamento de precatórios. "A verdade é que o teto de gastos morreu e, agora, o desafio para 2023 será ainda maior. Reconstruir tudo do zero", lamentou. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Correio:

O senhor se opõe aos movimentos do governo para lançar o novo Bolsa Família, destruindo o teto de gastos. Por que essa regra é importante, já que o senhor criticou o teto anteriormente?

A questão central não é mudar o teto. As instituições e regras de contas públicas passaram por mudanças importantes desde os anos 1980. Ocorre que regras fiscais, sozinhas, não fazem verão. É preciso compreender que uma regra, uma legislação, só faz efeito quando há também o compromisso político e das elites dirigentes em relação à responsabilidade fiscal. O teto de gastos tinha problemas de desenho desde o início, mas isso não anula o efeito muito positivo que proporcionou do ponto de vista da fixação de uma restrição orçamentária efetiva e da redução do custo médio da dívida. Discutir o arcabouço fiscal, mesmo o teto de gastos, não é o problema. O que se está fazendo agora, no entanto, é uma mudança oportunística para abrir espaço orçamentário à

realização de despesas em ano eleitoral. Pelas contas da IFI, serão R\$ 94,9 bilhões, quando somados os efeitos do calote nos precatórios e do cálculo retroativo do indexador do teto. A verdade é que o teto de gastos morreu e, agora, o desafio para 2023 será ainda maior. Reconstruir tudo do zero.

O mercado reagiu mal à nova investida do governo. Os críticos dizem que essa regra é draconiana e impede investimentos sociais. Isso procede?

Não. O teto impõe escolhas. Pode-se imaginar que precise ser alterado, a médio prazo. Mas não foi o teto que impediu o aumento do Bolsa Família para 2022, tampouco os gastos emergenciais em 2020 e 2021. Ao contrário, a válvula de escape do crédito extraordinário permitiu um gasto de R\$ 524 bilhões, no ano passado, e permitirá outro de cerca de R\$ 134 bilhões, em 2021. No ano que vem, o corte de gastos discricionários e de emendas parlamentares poderia financiar um incremento importante no Bolsa Família. A IFI mostrou isso, em mais de uma ocasião. A sanha para gastar com outras coisas foi maior, no entanto, e agora estamos desancorados. O teto não é a última maravilha do mundo, mas a regra tem de ser respeitada, sobretudo quando está na iminência de ser rompida.

Quais os impactos na economia se o teto de gastos deixar de existir?

O teto exerce hoje a função de ancoragem das expectativas. Com a manobra da PEC 23, ele deixa de existir, perde suas funções, como aconteceu com a meta de resultado primário no governo Dilma. É o mesmo filme, e o final é conhecido. O efeito será o aumento dos juros e a queda do crescimento econômico. Quem pagará a conta serão os brasileiros e brasileiras mais pobres. Os gastos sociais que estão sendo prometidos amenizarão esses efeitos, mas temos pela frente um ano muito ruim. O populismo vai ganhando corpo. Do ponto de vista da IFI, vamos continuar com o trabalho de alerta a respeito desses riscos e mostrando os custos derivados de um cenário mais pessimista. Infelizmente, acertamos o cenário. Há anos temos alertado para os problemas e riscos associados ao teto de gastos. A toada de desmonte do arcabouço fiscal ganha força com a PEC. Não é à toa a saída de membros da equipe técnica do Ministério da Economia. E com razão.

O que acha do argumento do governo de usar o novo Auxílio Brasil para justificar o descumprimento da

regra do teto de gastos?

É uma falácia. O Bolsa Família poderia ser ampliado em R\$ 14 bilhões, com corte de despesas discricionárias e o espaço natural do teto no ano que vem (pois há despesas crescendo abaixo da inflação). Além disso, seria possível corrigir o erro de contabilidade dos precatórios do Fundef (Fundo da Educação dos anos 1990) e abrir espaço adicional de R\$ 16 bilhões. Mas o problema é que essa estratégia não permitiria qualquer espaço para emendas de relator-geral ao Orçamento. Aí é que está. A alteração foi motivada por outros fatores que não a questão social. Esta poderia ser resolvida com uma gestão adequada, dentro das regras do jogo, sem abandonar o teto de gastos e sem dar calote nos precatórios. A opção foi feita, registre-se, pelo pior caminho. Não era inevitável. Isso é muito claro para quem faz contas.

O senhor também critica a PEC dos Precatórios. Quais os riscos dessa proposta?

A PEC dos Precatórios, que agora abarcou também a mudança retroativa da correção do teto, no mesmo texto, é a pior medida de política econômica da história recente do país. A limitação do pagamento de uma despesa obrigatória é um sinal de que despesas podem simplesmente não ser pagas, postergadas, adiadas. Alguém poderia perguntar: se o precatório pode ser adiado, por que não fazer o mesmo com o décimo terceiro dos pensionistas? É uma loucura, e isso já é precificado pelo mercado, junto com o abandono do teto de gastos.

O governo negligenciou o monitoramento dos precatórios?

Sim. A AGU informa ao governo os riscos de cada precatório, bem antes de estourarem. Tanto é assim que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Balanço Geral da União trazem informações sobre esses passivos contingentes. O problema é que são informações agregadas, que não permitem o adequado escrutínio. O governo deveria ter negociado os precatórios antes de explodirem. Não fez isso e, agora, alega ignorância. Não há como comprar essa tese. É furada.

O ministro Guedes criticou vários economistas, como Pastore e o senhor. A que se deve tanta agressividade?

Sinceramente, não sei. É uma pena que o ministro Paulo Guedes não tenha reconhecido o papel importante da IFI. Pessoas passam e instituições ficam. Vamos completar cinco anos de funcionamento em novembro, com reconhecimento dos economistas do mercado, dos parlamentares, dos técnicos do

Poder Executivo, da imprensa e dos organismos multilaterais. O ataque a Affonso Celso Pastore, o maior economista do Brasil, a meu ver, segue a mesma linha de tentar desqualificar os críticos, aqueles que estão apontando, há muito tempo, para os riscos e que agora mostram os resultados da sua materialização, com o fim do teto de gastos. O mesmo fez com os ex-ministros Mailson da Nóbrega e Henrique Meirelles, que têm uma folha extensa de serviços prestados à nação.

Responsabilidade fiscal em questão (Editorial)

Marco da economia nacional, ao lado do Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi instituída em 2002 e representou um enorme avanço contra o valeduto até então vigente em todos os níveis da administração pública: da municipal à nacional. Tanto o plano econômico que domou a **inflação** quanto a legislação que obriga governos a ter transparência e austeridade no orçamento resultaram de esforços levados adiante pelos governos de Itamar Franco e de Fernando Henrique, como forma de garantir equilíbrio e previsibilidade às contas públicas.

Antes do Plano Real e da LRF, era comum presidentes da República, governadores e prefeitos abusarem dos gastos públicos e contribuírem para levar a **inflação** do país a picos inimagináveis, como os 1.700% ao ano registrados em 1989. Os rombos e desacertos acabavam caindo nas costas dos sucessores. Depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, o desrespeito às contas públicas passou a ser crime e pode culminar na cassação de políticos e torná-los inelegíveis.

Em 2018, o então presidente Michel **Temer** deu mais um passo para reforçar a austeridade no orçamento, ao propor a PEC do teto de gastos, que passou a valer em 2017 e limita o crescimento das despesas públicas à **inflação** registrada no ano anterior. Isso explica por que a proposta do Centrão, abraçada pelo governo Bolsonaro, de mudar a forma de correção do teto de gastos, deixando-a mais ampla para permitir a criação do Auxílio Brasil, no valor de R\$ 400, provocou tanta turbulência no mercado financeiro na semana passada.

Além disso, outros dois fatores contribuíram para aumentar o mal-estar: a debandada de quatro secretários do Ministério da Economia; e rumores de que o próprio ministro Paulo Guedes teria pedido demissão. Na reação à engenhosa proposta, que se vale da PEC dos Precatórios para alterar o teto de gastos, há um real temor de economistas e, sobretudo, de grandes investidores de que a iniciativa seja apenas a ponta do iceberg que mandará às favas os mecanismos que impedem os governantes de gastarem além do previsto no orçamento. Mas há, igualmente, a grita de uma oposição temerosa de que o novo benefício resgate a popularidade perdida por Bolsonaro e o fortaleça na campanha pela reeleição.

Menina dos olhos do governo Lula, o Bolsa Família paga hoje R\$ 189, em média, a 14,6 milhões de famílias. Com o Auxílio Brasil, que substituirá o programa social petista, o Planalto quer aumentar para 17 milhões o número de famílias atendidas, além de unificar em R\$ 400 o valor do benefício a ser concedido a cada uma delas. Na última sexta-feira, em gesto raro no governo, Bolsonaro e Guedes convocaram entrevista coletiva para tentar acalmar investidores.

Na ocasião, o ministro não apenas negou ter pedido demissão, como pediu "licença" e "compreensão" para o gasto extra, dizendo que se trata de uma excepcionalidade, para aliviar a fome de famílias drasticamente atingidas pela pandemia. "Não vamos deixar milhões de pessoas passarem fome para tirar 10 na política fiscal e zero em assistência aos mais frágeis", disse. Guedes prometeu que a âncora fiscal não será abandonada. As explicações parecem ter surtido o efeito que desejava. Mas a desconfiança persiste, porque há o temor de que o Centrão aproveite a brecha para escancarar a porteira e passar uma boiada de gastos muito acima do que defende o ministro.

No caso do barulho da oposição, tudo aponta para mero jogo de cena. Afinal, recentemente, o ex-presidente Lula, pré-candidato do PT ao Planalto, prometeu acabar com o teto de gastos caso seja eleito, e não houve nenhuma gritaria. Entre eles, nenhuma alma sequer ergueu a voz em defesa da responsabilidade fiscal. Ou seja, nesse ponto, o ditado popular segundo o qual "O pau que bate em Chico também bate em Francisco" foi completamente ignorado.

Novas gerações podem nem saber disso, mas foram o Real e a LRF que resgataram a credibilidade do Brasil perante o mundo e os investidores externos. Daí por que sempre ocorrem essas turbulentas reações no mercado financeiro, com bolsa em queda e dólar em alta, quando economistas e organismos internacionais, de forma geral, avaliam que ações de políticos e outros agentes públicos ameaçam a responsabilidade fiscal, o que pode levar a descontrole das contas públicas e aumentar o risco de calote no país.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG

Responsabilidade fiscal em questão

Bolsonaro: privatização da Petrobras entrou "no radar"



Guedes chamou de "conversinha" a previsão de retração do PIB para 2022

Israel Medeiros

Brasília - O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) admitiu ontem a privatização da Petrobras, mas disse que o processo é complicado e que nada mudaria quando se fala em monopólio e preços. "Quando se fala em privatização da Petrobras, isso entrou no nosso radar, mas privatizar qualquer empresa não é, como alguns pensam, pegar a empresa, botar na prateleira e, amanhã, quem der mais leva embora. É uma complicação enorme. Ainda mais quando se fala em combustível. Se você tirar o monopólio do Estado

e colocar na mão de uma pessoa apenas fica a mesma coisa, talvez até pior", afirmou ele, em entrevista a uma rádio de Três Lagoas (MS).

Ao falar sobre a alta nos preços dos combustíveis, que será praticada hoje, mais uma vez, Bolsonaro sustentou que os reajustes são uma realidade e que o produto está caro em razão do preço do dólar e do barril de petróleo, e não porque ele é o "malvado". "Vem reajuste do combustível? Vem. Eu gostaria que não viesse. Mas tem o preço do petróleo lá fora, o barril, e vê aqui como é que está o dólar aqui dentro", ressaltou o presidente da República.

Ele também criticou a incidência de ICMS sobre os combustíveis e disse que quem ganha com o atual modelo são os governadores. "Quando se fala em aumento de combustível, isso aí é uma correia de transmissão para a **inflação**. Tudo sobe. Agora, eu não sou o malvado, não quero aumento de combustível, mas é uma realidade. O mundo todo está sofrendo com a economia com esse pós-pandemia. É uma realidade e temos que enfrentar", afirmou.

Durante sua fala, o chefe do Executivo negou que seja o responsável pelo aumento, mas não falou sobre a política de preços da Petrobras. "Ah, o combustível está caro por causa do Bolsonaro". Vamos procurar saber o que compõe o preço da bomba de combustível de vocês aí em Três Lagoas. Quanto a gasolina sai lá da Petrobras, o álcool da refinaria e o preço final. Chega três vezes mais caro que o preço na origem. Esses dois terços outros, qual a composição deles? É um direito reclamar, isso se chama liberdade de expressão, mas vamos criticar com razão", argumentou.

O dólar e o valor do petróleo no mercado internacional são os principais fatores que determinam o preço dos combustíveis nas bombas do país, já que, desde 2016, a Petrobras utiliza o modelo de paridade com o exterior. Ou seja, quando o barril do petróleo sobe, o preço também sobe no Brasil. Já que as negociações são feitas em dólar, quando o câmbio está depreciado, fica mais caro negociar. A exemplo do que ocorre com a energia elétrica, por exemplo, quando há um aumento, a **inflação** também cresce, porque a indústria nacional e o comércio dependem tanto de energia quanto de combustível para manter suas atividades.

Na entrevista, Bolsonaro também voltou a culpar as medidas de restrição em razão da pandemia pelo mau desempenho da economia. "A gente faz o possível aqui no Brasil. Se não fossem as medidas tomadas por nós, lá em 2019, liberdade econômica, entre tantas outras, ajudamos a desburocratizar, desregular a economia, quando veio 2020 e o vírus entrou para valer em março, a queda na economia seria muito maior. Estamos pagando um preço caro pelo "fique em casa, a economia a gente vê depois", disparou.

SEM INTERFERÊNCIA No domingo, Bolsonaro disse que não vai interferir no preço dos combustíveis. A declaração ocorreu ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes, na saída de uma feira de pássaros no Parque de Exposições da Granja do Torto, em Brasília. "Temos aí, pelo que tudo indica, reajuste nos preços dos combustíveis. Isso nem precisa ter bola de cristal, nem informações privilegiadas, o que eu não tenho. É só ver o preço do petróleo lá fora e o comportamento do dólar aqui dentro. Eu não tenho poderes de interferir sobre a Petrobras. Estou conversando com o Paulo Guedes sobre o que fazer com ela no futuro. É um monopólio, a legislação deixa ela praticamente independente. Eu indico o presidente, nada além disso. Alguns querem que a gente interfira no preço, a gente não vai interferir no preço de nada. Isso já foi feito no passado e não deu certo", afirmou.

Auxílio emergencial não será prorrogado

Brasília - As últimas parcelas do auxílio emergencial estão previstas para este mês e o governo federal ainda não tem como bancar o Auxílio Brasil, programa social que substituirá o Bolsa-Família. Apesar do apelo de vários aliados no Congresso Nacional, Bolsonaro afirmou ontem que não pode renovar o benefício concedido durante a pandemia porque as contas estão "no limite". "Alguns falam: o presidente não tem coração. Concedemos, a título de auxílio emergencial, o equivalente a 13 anos de Bolsa-Família. O auxílio emergencial acaba agora, este mês, não tem como continuar. Muita gente quer que continue, continue até quando? A nossa capacidade de endividamento já está ultrapassando o limite. Estamos no limite do limite", afirmou, em entrevista a uma rádio de Mato Grosso do Sul.

O auxílio tinha sido finalizado no ano passado, mas retornou para uma segunda rodada este ano. Em julho, foi prorrogado por mais três meses, e havia políticos ligados ao governo que defendiam uma prorrogação ao menos até o fim do ano, para agradar às suas bases eleitorais.

Mas a ordem, agora, é colocar o Auxílio Brasil para funcionar, mesmo que isso signifique furo do teto de

gastos. "Vamos atender, sim, o pessoal do Bolsa-Família, que agora chama-se Auxílio Brasil, mudou de nome, com R\$ 400, e ponto final. É onde podemos chegar. A média do Bolsa-Família é R\$ 192, estamos dobrando esse valor. Estamos fazendo o possível", disse o presidente da República.

Na semana passada, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou que deixaria a defesa da integridade do teto de lado para agradar ao governo, houve debandada de integrantes de sua equipe econômica. O problema é que as fontes de custeio do programa (o projeto da reforma do Imposto de Renda e a PEC dos Precatórios) ainda não estão garantidas, e o estouro do teto é, segundo o ministro, a única opção que restou.

LIRA O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), defendeu ontem o Auxílio Brasil. Ele minimizou o fato de a proposta estourar o teto de gastos e afirmou que fere "um pouco". Ainda assim, ressaltou ser necessário para conter

os efeitos da crise provocada pela pandemia. "Precisamos criar esse programa temporário, esse programa vai ferir um pouco o teto, como feriu ano passado, com a PEC da guerra nós ultrapassamos o teto em R\$ 700 bilhões. Este ano, se a conversa fosse clara, de R\$ 30 bilhões ou R\$ 40 bilhões, isso nada impactaria as finanças de um país que tem uma arrecadação de mais de R\$ 200 bilhões", declarou.

A Câmara vai analisar nesta semana a PEC dos Precatórios, aprovada na quinta-feira passada por uma comissão especial. O substitutivo do deputado Hugo Mota (Republicanos-PB) limita o pagamento de precatórios, prevê descontos e reajusta os saldos remanescentes pela taxa Selic. Muda ainda o cálculo do teto de gastos públicos. Com isso, a ideia é criar folga orçamentária até 2022 para o auxílio de R\$ 400 mensais a 17 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade.

Para deputados contrários à PEC, o texto tem motivação eleitoral e desequilibra as contas públicas. Significa ainda calote em dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e desvio de recursos cuja alocação preferencial seria na educação.

Pedido "extrateto" garantido

Brasília - O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem, durante a cerimônia de lançamento do Plano Nacional de Crescimento Verde (PNCV), no Palácio do Planalto, que haverá "um gasto um pouco maior" para investir em políticas sociais determinadas pelo presidente Jair Bolsonaro. "É evidente que seja com um pedido de extra teto, seja com uma revisão,

não podemos disfarçar a verdade, a verdade é que vai haver um gasto um pouco maior. Estamos falando de 30 e poucos bilhões [de reais]. E a pergunta é a seguinte: para um país que arrecadou R\$ 300 bilhões a mais no ano passado, R\$ 30 bilhões são 10%", disse.

Guedes chamou de "conversinha" as estimativas cada vez mais pessimistas do mercado e de economistas sobre o crescimento do Brasil em 2022. O Itaú Unibanco reviu projeções para o resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) no próximo ano. A instituição reduziu a estimativa de 0,5% de crescimento para retração de 0,5%. Sem mencionar a nova projeção, Guedes afirmou: "O crescimento não ia vir. Já tá 5% ou 5,3% ou 5,4% neste ano. Já estão falando que no ano que vem não vai crescer. Vai crescer de novo, cada um vai fazer o seu trabalho".

Em discurso no Palácio do Planalto para o presidente Jair Bolsonaro e ministros, Paulo Guedes repetiu a tese várias vezes reiterada por ele do "crescimento em V". "Vamos crescer ano que vem de novo. A conversinha é sempre essa. Primeiro que ia cair, ia ficar lá embaixo, não ia voltar. Aí volta em V", afirmou. (Leia mais sobre combustíveis página4)

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Economistas já preveem recessão em 2022 após reversão de expectativas

Leonardo Vieceli Douglas Gavras

A semana começou com uma forte reversão nas expectativas para a economia brasileira, após o governo Jair Bolsonaro (sem partido) decidir driblar o teto de gastos para pagar o Auxílio Brasil de R\$ 400, entre outras despesas, como emendas parlamentares.

A perspectiva de economistas é que houve uma mudança no regime fiscal -e que essa alteração tende a pressionar o câmbio, alimentando um efeito em cascata que vai elevar a **inflação** e forçar altas mais acentuadas da Selic, a taxa básica de juros.

Parte do mercado financeiro já passa a projetar estagnação ou até mesmo queda do **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro em 2022.

Uma das revisões que chamaram a atenção nesta segunda-feira (25) foi feita pelo Itaú Unibanco. A instituição financeira prevê agora recessão para a economia nacional no próximo ano.

Pela estimativa do Itaú, o **PIB** deve registrar queda de 0,5% em 2022. A previsão anterior era de avanço de 0,5%. Conforme o banco, o quadro de dificuldades também inclui pressão inflacionária e desemprego.

"Notícias sobre o aumento dos gastos fiscais aumentaram as dúvidas sobre o futuro do arcabouço fiscal no Brasil, que desde 2016 tem sido baseado em um teto de gastos ajustável", analisa o Itaú. "Sem uma âncora fiscal crível, a tarefa do Banco Central de manter a **inflação** na meta se torna mais difícil."

A Asa Investments, por sua vez, passou a projetar recessão técnica (dois trimestres consecutivos de queda no **PIB**) durante o primeiro semestre de 2022. A economia deve avançar apenas 0,4% no acumulado do próximo ano, conforme a gestora de investimentos.

"Como consequência da incapacidade de se fazer escolhas dentro do teto de gastos, estamos colhendo um cenário de prêmio de risco muito mais elevado, com piora acentuada de condições financeiras", afirmou.

A MB Associados também fez uma revisão para pior e agora trabalha com um cenário de estagflação (preços em alta e atividade econômica fragilizada). A

consultoria, que antes projetava um crescimento de 0,4%, agora projeta um resultado de 0% em 2022, mas com aumento de preços persistentes.

Segundo a MB, com mais de um ano pela frente de um governo "errático", vai haver uma piora nos números gerais da economia.

"Em quase três anos de governo, talvez não tenha havido uma semana tão ruim do ponto de vista política econômica como a última. Ela entrou para a história como o desmonte de um regime fiscal construído a duras penas", diz o economista-chefe da consultoria, Sergio Vale.

O mercado também alterou as projeções para o câmbio. Segundo a pesquisa Focus do Banco Central, que reúne prognósticos de economistas e analistas, a projeção de alta do dólar ao final deste e do próximo ano passou para R\$ 5,45, contra previsão anterior de R\$ 5,25 para ambos os períodos.

No entanto, várias casas já trabalham com um cenário mais pessimista. A XP, por exemplo, espera a cotação de R\$ 5,70 ao fim deste ano e de 2022, ante taxas de R\$ 5,20 e R\$ 5,10, respectivamente, na previsão anterior. Segundo a instituição, ocorreu "uma mudança de regime na condução da política fiscal, e não "apenas" uma piora na margem".

Em entrevista à Folha, Luciano Rostagno, estrategista-chefe para América Latina do Banco Mizuho, afirmou que não descarta que o dólar possa testar a marca de R\$ 6 neste final de ano.

Diante desse cenário, há grande expectativa em relação à próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do BC), que ocorre terça e quarta-feira (26 e 27).

Várias instituições, entre elas bancos estrangeiros como JPMorgan, Bank of America, Barclays e UBS, passaram a ver uma alta de 1,5 ponto percentual na Selic já nesta reunião, ante ao 1 ponto percentual que vinha sendo adotado anteriormente.

Esse novo patamar seria a maior alta da taxa desde 14 de outubro de 2002, quando o Bacen promoveu um choque de 3 pontos percentuais na taxa básica (de 18% para 21%) pouco mais de uma semana depois do

primeiro turno das eleições daquele ano, que sagraram Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como presidente da República.

O Barclays fala em "incerteza em espiral" para justificar a mudança de prognóstico. "Além disso (mais gasto para Auxílio Brasil e ruído sobre precatórios), uma possível extensão do auxílio emergencial que expira neste mês e crescentes pressões por subsídios aos combustíveis para caminhoneiros em meio a ameaças de greves nacionais podem aumentar o nervosismo do mercado", disse o banco em relatório.

O Itaú também projeta aumento de 1,5 ponto percentual. Com essa alta, a Selic iria de 6,25% para 7,75% ao ano. O banco ainda enxerga uma nova alta de 1,5 p.p. em dezembro.

Assim, a taxa encerraria 2021 em 9,25% ao ano. A previsão anterior era menor, de 8,25%. No primeiro trimestre de 2022, a Selic deve chegar a 11,25%, conforme o Itaú.

"Alteramos nossa projeção de crescimento do **PIB** em 2022 de +0,5% para -0,5%, em particular devido à mudança nas expectativas para a taxa Selic", relata o Itaú.

Segundo a instituição, a retração da atividade econômica também deve provocar impactos no mercado de trabalho, com aumento da taxa de desemprego no próximo ano.

"Essa recessão moderada levará a um aumento da taxa de desemprego, para 13,3% (tínhamos 12,6% no cenário anterior). Para 2021, ainda esperamos que o **PIB** cresça 5,0%, com a taxa de desemprego encerrando o ano em 12,2%", completa.

O Itaú também espera uma **inflação** maior. Em 2021, a estimativa para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) passou de 8,7% para 9%. Em 2022, pulou de 4,2% para 4,3%.

"A fraqueza prolongada do real, embora de certa forma mitigada pela atividade econômica mais fraca e pela contenção de danos do Banco Central, nos leva a aumentar nossa projeção de **inflação** para 2022 de 4,2% para 4,3%."

Na visão do banco, o avanço da agenda de reformas seria necessário para uma melhora no quadro.

"A rápida retomada da agenda de reformas, incluindo medidas como uma reforma administrativa ampla, que fortaleceria a flexibilidade e resiliência fiscais, poderia ajudar a aliviar as condições financeiras e reduzir a incerteza."

"O teto de gastos praticamente morreu com as manobras da semana passada. Isso traz perda de credibilidade", analisa o economista Piter Carvalho, da Valor Investimentos.

"O mercado se torna pessimista porque fica no escuro. A confiança cai muito", completa.

A semana de decisão do novo patamar da taxa Selic, hoje em 6,25% ao ano, começou com mais instituições financeiras, além do Itaú, prevendo aceleração no ritmo de aumento dos juros.

Site:

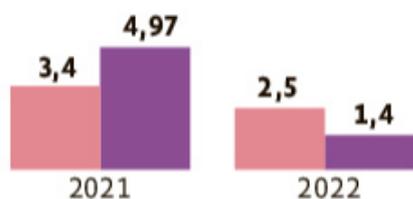
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49710>

Expectativas do mercado financeiro

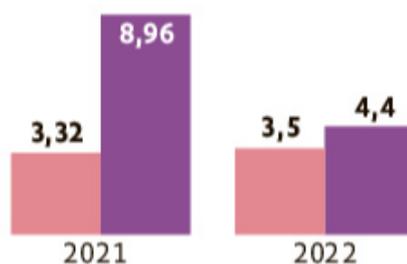
Ao longo de 2021, analistas reduzem projeções para PIB de 2022, com mais inflação e dólar mais alto

■ 31 dez.2020 ■ 22 out. 2021

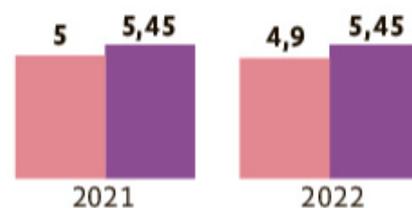
PIB
Em %



IPCA
Em %



Taxa de câmbio
Em R\$



Fonte: boletim Focus, do BC

Juros de empréstimos atingem maior patamar desde início da pandemia

Larissa Garcia *brasil*

Com a alta da taxa básica de juros (Selic), o valor cobrado pelos bancos em novos empréstimos tem subido mês a mês. Em setembro, de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira (25) pelo Banco Central, a média chegou a 21,6% ao ano, maior valor desde o início da pandemia de Covid-19, em março.

No mês, houve elevação de 0,5 ponto percentual nos juros tanto para as famílias, que alcançaram 25,8% ao ano, quanto para empresas, 14,9% ao ano.

Em 12 meses, a taxa média de juros do sistema financeiro subiu 3,5 pontos percentuais.

"Agora, com o ciclo de elevação da taxa básica de juros [Selic], é esperado que se transmita para as taxas de crédito bancário", ressaltou o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha.

Em resposta à crise sanitária, o BC iniciou um ciclo de cortes que levou a Selic ao menor nível da história, a 2% ao ano, em agosto do ano passado. Já em março, quando o vírus chegou ao país, a autoridade monetária cortou 0,5 ponto percentual na taxa básica, que foi a 3,75% ao ano.

Como a Selic norteia todas as outras taxas, os juros bancários começaram a cair. Em setembro, a média ficou em 18,1% ao ano, menor valor da série iniciada em março de 2011.

Diante da escalada da **inflação**, no entanto, em março deste ano o BC voltou a subir taxa, que atualmente está em 6,25% e deve encerrar o ano perto de 9%.

O spread - diferença entre a taxa de captação dos bancos e o que eles cobram em empréstimos - ficou estável em 14,5 pontos, mas teve alta de 0,2 ponto nos 12 meses.

"A taxa de captação dos bancos aumentou e a de aplicação também, na mesma proporção. Com isso os spreads ficaram estáveis", pontuou o técnico do BC.

Segundo ele, variáveis que poderiam elevar o custo do crédito, como inadimplência, estão estáveis.

"Outro fator que pode contribuir é a mudança do perfil

de risco do cliente. As empresas maiores, que têm menos risco, estão voltando ao mercado de capitais para se financiar e demandando menos crédito bancário", ponderou.

Para as empresas, as linhas de capital de giro, que representam 37% do total de crédito para as companhias, tiveram elevação de 1,4 ponto percentual na média de juros em setembro, para 17,6% ao ano.

Entre as linhas para as famílias, houve elevação de taxa em modalidades como cartão de crédito parcelado, de 5,1 pontos percentuais, para 168,7% ao ano, e de 3,7 pontos no rotativo (quando o cliente não paga o total da fatura), para 339,5% ao ano.

O saldo de crédito, que é todo o montante emprestado no sistema financeiro, chegou a R\$ 4,4 trilhões em setembro, aumento de 2% em relação a agosto e o maior valor da série.

O estoque de financiamentos atingiu a marca de R\$ 4 trilhões pela primeira vez na história em dezembro do ano passado, impulsionado principalmente por programas do governo para crédito às pequenas e médias empresas em meio à pandemia.

Em setembro, os bancos emprestaram R\$ 445,1 bilhões, crescimento de 3,1% em relação a junho. A alta foi puxada pela concessão de crédito às empresas, com 3,7%. Para as famílias, houve alta de 0,5%.

A variação é calculada com ajuste sazonal, que retira peculiaridades do período, como número de dias úteis, para facilitar a comparação.

A inadimplência permaneceu estável no mês, em 2,3%. Em 12 meses, no entanto, houve queda de 0,1 ponto percentual.

Notícias Relacionadas:

FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR
Juros de empréstimos atingem maior patamar desde início da pandemia

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49710>

Economistas neoliberais insistem em ignorar legado de governos do PT (Artigo)

Aloizio Mercadante, Eduardo Fagnani e Guilherme Mello Mercadante é doutor em economia, é presidente da Fundação Perseu Abramo, ex-deputado e senador (PT-SP), ex-ministro e ex-chefe da Casa Civil da Presidência (Dilma Rousseff); Fagnani é professor-colaborador do IE-Unicamp (Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas); Mello é professor do IE-Unicamp

No final de semana, a Folha publicou o artigo "Lula presidente?", do economista Rodrigo Zeidan, no qual o autor comenta a possibilidade de sucesso de um novo governo Lula e deixa claro que prefere uma suposta "terceira via". Na conclusão, diz que o saldo dos governos petistas foi negativo e acusa a esquerda de incompetência.

Cada cidadão brasileiro tem o direito de ter suas preferências políticas. Mas isso não autoriza a distorcer os dados e a história para forçar a realidade e se enquadrar nas suas preferências ideológicas. Assim só se criam narrativas fantasiosas que tantas vezes enganam o cidadão eleitor.

Não há dados que sustentem a surrada narrativa de que o sucesso do estilo de desenvolvimento distributivista dos governos petistas tenha sido um sucesso apenas no primeiro governo Lula. Para "demonstrar" seus desejos, o autor ignora completamente a rápida superação da crise de 2008-2009, a saída do mapa da fome, a contínua redução da pobreza, da miséria e do desemprego, todas conquistas posteriores a 2007.

Em 2002, o Brasil ocupava a 13ª posição no ranking global de economias medido pelo **PIB** em dólar; em 2011, chegou a ser a 6ª maior economia do mundo; e em 2008, o país ganhou o selo de "grau de investimento" das agências de classificação de risco.

Além disso, o autor omite que a dívida pública líquida, mais importante indicador fiscal de um país, seguiu em queda durante todo o segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma, partindo de 62%, em 2002, para 34% do **PIB** em 2014.

Omite também que, em todo esse período, o Brasil manteve a **inflação** controlada e que as reservas cambiais aumentaram mais de 20 vezes (de US\$ 16,3 bilhões para US\$ 368,7 bilhões, entre 2002/2015) - evento relevante, que encerrou um longo histórico de

crises cambiais no Brasil.

O autor também fecha os olhos à evidência de que a dívida externa líquida, que era de 37% do **PIB**, em 2002, quando o Brasil estava quebrado no FMI, passou a ser negativa a partir de 2007. Ou seja, nos governos do PT o Brasil passou a ser credor em moedas estrangeiras, tendo inclusive emprestado US\$ 15 bilhões ao próprio FMI na grave crise internacional de 2009.

Curiosamente, o autor também esquece de analisar os governos dos partidos que atualmente compõem a chamada "terceira via", que ele tanto defende.

A trajetória fiscal nos governos tucanos, por exemplo, foi marcada pela ampliação da carga tributária (de 27% para 33% do **PIB**), ao mesmo tempo em que a dívida pública líquida dobrou, saindo de 29,5% (1995) para 60,4 % do **PIB** (2002). E esse endividamento acelerado foi acompanhado da privatização empresas estatais estratégicas, no setor elétrico, financeiro, telecomunicações, siderurgia, mineração, dentre outras.

Além disso, o Brasil quebrou mais de uma vez, tendo que recorrer ao FMI, devido à conhecida e prolongada âncora cambial, e fechou aquele o ciclo com um apagão de energia.

No governo golpista de **Temer**, com sua agenda neoliberal da suposta "ponte para o futuro", os resultados fiscais, econômicos e sociais foram igualmente desastrosos.

O quadro foi marcado pelo alto desemprego, o **PIB** estagnado e o crescimento da desigualdade. Do ponto de vista fiscal, mesmo após a aprovação de diversas reformas que retiraram direitos da população e limitaram a atuação do Estado, a dívida pública líquida seguiu aumentando (56% do **PIB** em 2018) e, na ausência de crescimento econômico, o déficit primário permaneceu elevado. Por estes e outros motivos, o governo golpista de **Temer** foi o governo mais mal avaliado da história recente do país.

Na realidade, esse movimento de travestir como sucesso o fracasso dos governos da "terceira via", sempre obriga supostos analistas a fechar os olhos ao evidente sucesso dos governos de esquerda no Brasil.

É um movimento que tem uma raiz ideológica viciosa: parte de uma ojeriza a atuação do Estado como coordenador, indutor e promotor do desenvolvimento econômico.

É o que fica claro quando o autor afirma que PAC teria sido um misto de "megalomania e corrupção", confundindo investimentos públicos fundamentais para o desenvolvimento do país com acusações (muitas delas comprovadamente infundadas) de desvio de recursos.

Vejamos alguns dados exemplares. Com o planejamento estratégico do PAC, a capacidade instalada do setor elétrico cresceu 133%. Em 2001, as hidroelétricas representavam 83% da geração de energia e, apesar da construção de quatro grandes usinas, sua participação relativa caiu para 62%. As fontes de energia foram diversificadas; com as eólicas chegando a 15%, as térmicas representando 10%, além da biomassa (9%) e da energia solar.

As linhas de transmissão, interligando o sistema, passaram de 70 mil km para mais de 164 mil Km em 2020. O PAC também modernizou os portos, os aeroportos, expandiu linhas de metrô e corredores de ônibus, entregou mais de 4 milhões de unidades do Minha Casa, Minha Vida, grandes obras de recursos hídricos para o semiárido nordestino, com mais de 3 milhões de famílias beneficiadas pelo Luz para Todos e 1,6 milhões de cisternas, para ficarmos só nisso, numa análise bem ligeira.

A boa notícia é que os economistas neoliberais estão sendo ultrapassados pelo avanço do debate econômico mundo afora. Enquanto os EUA discutem o "Plano Biden", a Europa discute o "Next Generation UE" e os países asiáticos ampliam sua aposta na ação coordenadora do Estado, a ortodoxia neoliberal local segue prisioneira da distorção da história e de sua fracassada agenda econômica.

Mesmo após a crise econômica agravada pelo golpismo, com agressão à democracia e à institucionalidade republicana promovida por setores do Judiciário, do Parlamento e da mídia em 2015, o legado dos governos de esquerda no Brasil é extremamente positivo, incomparavelmente superior a qualquer governo do campo da atual dita "terceira via", que apoiou eleitoralmente e segue sustentando essa tragédia histórica que é o desgoverno Bolsonaro.

Durante os governos do PT, aprendemos que é possível conciliar crescimento econômico, redução da pobreza, distribuição de renda, estabilidade macroeconômica e democracia, sem perder de vista a ampliação dos serviços públicos e a preservação ambiental. É esse legado que sustenta as pesquisas

de opinião onde Lula aparece como presidente mais bem avaliado da história e líder destacado na preferência popular do povo brasileiro.

Se alguns economistas da ortodoxia neoliberal fazem questão de esquecer dos fatos, o povo faz questão de obrigá-los a se lembrar, a cada pesquisa divulgada, de quem verdadeiramente o ajudou a melhorar de vida.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49710>

Dono do BTG diz como influencia políticos e BC, e compara impeachment de Dilma a golpe de 64



Em áudio vazado de um evento fechado do BTG Pactual com clientes, André Esteves, dono do banco, relata receber ligações de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados, e de Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, para discutir e opinar sobre a política econômica do país.

Ele também compara o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016, com o golpe civil-militar de 1964.

A fala de Esteves de mais de uma hora ocorreu durante encerramento do evento Future Leaders da companhia, na quinta-feira (21), e reuniu cerca de 30 pessoas.

A conversa com o empresário ocorreu no mesmo dia da debandada de secretários do Ministério da Economia, após a pasta chancelar drible no teto de gastos proposto pela ala política do governo. O áudio foi obtido pelo portal Brasil 247.

"O secretário do Tesouro [Jeferson Bittencourt] acabou de renunciar com mais três outros, tem mais quatro ameaçando e eu atrasei um pouquinho aqui porque o presidente da Câmara me ligou para perguntar o que eu achava", afirma.

Esteves diz que teria respondido ao deputado: "Arthur, vou dar uma palestra aqui já já, se você quiser você dá um pulo aí. Mas não está legal, né?" No áudio vazado, é possível ouvir a plateia rindo nesse momento.

Procurado, Lira não respondeu à reportagem. O BTG

também afirmou que não irá se manifestar.

A manobra para driblar o teto de gastos, regra que limita o crescimento dos gastos públicos à **inflação**, abriu margem de ao menos R\$ 83 bilhões no Orçamento de 2022, ano eleitoral. A justificativa é garantir R\$ 400 por cadastrado no Auxílio Brasil, programa que substituirá o Bolsa Família.

"O mercado está inseguro porque como muita bobagem foi dita nos últimos meses, tem uma natural insegurança. Agora tem vale-caminhoneiro, tem não sei o quê, vira uma confusão generalizada e ninguém sabe direito onde isso vai parar", diz ele.

Esteves afirmou que o que está criando a insegurança não é o Auxílio Brasil, pois o benefício de R\$ 400 não vai mudar muito o tamanho do déficit público em 2022. A dúvida é até onde vão as despesas do governo e qual será o rombo no teto de gastos, mecanismo que, para ele, poderia passar por ajustes.

"O que está criando a insegurança não é o Bolsa Família ou Auxílio Brasil de R\$400", afirmou. "Dá para ser R\$ 400, vai mudar pouco o déficit no Brasil. O que o mercado está estressando é com a dinâmica. O que é que vem depois? R\$ 400 é fácil de encarar"

"O Bolsa Família é um ótimo programa, a gente está sendo razoavelmente disciplinado no fiscal, mas a dúvida é se essa dinâmica vai quebrar nossa âncora fiscal, que hoje é o teto, com todos os seus defeitos. É uma coisa que tem nos ajudado em termos de credibilidade." Esteves também criticou a Selic (taxa básica de juros), que ficou na mínima histórica de 2% por grande parte do ano passado, parte de um movimento mundial para amortecer a crise do coronavírus. Ele descreve uma ligação com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, que ocorreu há cerca de um ano.

"Eu me lembro que os juros estavam amanhecendo a uns 3,5% e o Roberto me ligou para perguntar: 'Pô, o que você está achando, onde você acha que está o lower bound [limite inferior]?' Eu falei, 'olha, Roberto, eu não sei onde é que está, mas eu estou vendo pelo retrovisor, porque a gente já passou por ele.' Em

algum momento a gente se achou inglês demais e levou esse juros a 2%", disse.

Em nota, o BC afirmou que, como bancos centrais e autoridades de supervisão no mundo, os membros da diretoria colegiada "mantêm contatos institucionais periódicos com executivos de mercados regulados e não regulados para monitorar temas prudenciais que possam ameaçar a estabilidade do sistema financeiro e/ou para colher visões sobre a conjuntura econômica".

Os contatos, segundo o BC, incluem dirigentes de instituições financeiras ou de pagamento e seguem normas legais e de conduta, "com destaque para os períodos de silêncio e as regras de exposição pública".

Sobre a reação do mercado financeiro à mudança no teto, Esteves disse que, mesmo que a Bolsa vá a 100 mil pontos [atualmente está em tomo de 110 mil pontos] e que os juros futuros estejam acima de 10%, já viu situações piores.

"Não acho que está acontecendo muita coisa não. Está acontecendo uma correção, obviamente é um momento de cautela. A variável que está muito fora de lugar não é a Bolsa nem os juros, é o câmbio."

"Eu acho que o Brasil está barato demais com esse dólar aí a casa R\$ 5,70, e eu acho que não tem razão institucional para o Brasil estar com esse dólar."

Esteves também defendeu o centro político como o mantenedor do status republicano do Brasil, e fez analogias entre o golpe militar de 1964 e o impeachment de Dilma Rousseff.

"Pelo caráter fisiológico, a gente tende a desprezar essa galera que flutua pelo centro -que cada hora tem um nome, centrão, bloco-, agora, não tenho dúvida, durante cem anos de história, esse centro que nos manteve republicanos", afirmou.

O banqueiro disse que nas últimas décadas, quando o Brasil "flertou com as maiores maluquices de direita ou esquerda", "essa turma" tomou atitudes.

"Quando a Dilma endoideceu, alguém foi lá e: 'perai, vamos dar uma parada nisso'. Todo o golpe de 64, quando as pessoas me perguntavam com o Bolsonaro falando aquele excesso de besteira, [sobre] golpe, [eu dizia] é muito diferente. Se você for fazer uma analogia sobre 64 com hoje, a coisa mais parecida... 64 foi meio o impeachment da Dilma", disse.

"Acho que no dia 31 de março não teve nenhum tiro, ninguém foi preso, as crianças foram para escola, o mercado funcionou. Com simbolismos, linguagens,

personagens da época, mas a melhor analogia é o impeachment da Dilma"

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49710>

Drible ao teto dá extra de R\$ 2 bilhões para Congresso e Judiciário em 2022

Bernardo Caram Thiago Resende

A manobra proposta pelo governo para abrir espaço orçamentário e turbinar o programa Auxílio Brasil deve liberar verba adicional de aproximadamente R\$ 2 bilhões aos cofres do Congresso e do Judiciário em 2022.

O valor corresponde à elevação, para os dois Poderes, do teto de gastos -regra que impede o crescimento das despesas públicas acima da inflação.

Levantamento do economista Guilherme Tinoco, especialista em contas públicas, aponta que o limite de despesas será elevado em R\$ 1,5 bilhão para o Judiciário no próximo ano. No caso do Legislativo, o acréscimo ficará em R\$ 440 milhões.

A liberação dos recursos ainda depende de aprovação do Congresso.

O acréscimo será dado ao valor que os dois Poderes podem gastar, o que inclui principalmente despesas com custeio e servidores. Outros custos como auxílio-moradia e reformas de apartamentos funcionais poderão ser elevados.

Haverá ainda um ganho de R\$ 224 milhões para o Ministério Público da União e R\$ 19 milhões para a Defensoria Pública da União.

Portanto, além de criar margem para gastos do Executivo, a proposta do governo traz uma espécie de efeito colateral que beneficia o Congresso, responsável por analisar e votar o plano, e o Judiciário, que eventualmente poderá ser instigado a avaliar a validade da medida.

O ganho ocorre porque o teto de gastos tem limites individualizados para cumprimento por cada Poder. Ao expandir a margem geral da regra, a mudança acaba beneficiando todos os órgãos.

"A proposta foi feita, em tese, para viabilizar o Auxílio Brasil, mas acaba que essa mudança da regra amplia o teto para todos. Isso beneficia os outros Poderes e deve deixá-los inclinados a aprovarem o plano, com certeza", disse Tinoco.

No ano passado, o Ministério Público não cumpriu o

teto de gastos. O estouro foi de aproximadamente R\$ 143,5 milhões. Em 2019, as despesas do Judiciário e do Ministério Público também ficaram acima do limite.

A ampliação do valor máximo a ser gasto, portanto, alivia as contas das instituições.

Além dos recursos para bancar o novo programa social do governo, o Congresso também quer reduzir a pressão no Orçamento para poder garantir um alto volume de emendas parlamentares, que são formas de deputados e senadores enviarem dinheiro para obras e projetos em bases eleitorais.

O pagamento de emendas entra no cálculo do limite de despesas do Executivo. O teto de gastos para o Congresso -e para o Judiciário- está ligado aos custos de funcionamento dos Poderes.

Na semana passada, o governo propôs uma mudança na forma de calcular o reajuste anual do teto de gastos.

A apuração desse limite deixará, caso seja aprovada a mudança, de ser feita com base na inflação acumulada em 12 meses até junho do ano anterior, passando a ser calculada pelo período encerrado em dezembro.

A mudança foi incluída na PEC (proposta de emenda à Constituição) que limita gastos com precatórios, as dívidas do governo reconhecidas pela Justiça.

A PEC ainda precisa ser chancelada pelo plenário da Câmara e depois seguir para o Senado. Nas duas Casas, o texto é aprovado se tiver apoio de 60% das cadeiras.

O relator da PEC, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), afirma que a alteração abrirá um espaço de R\$ 39 bilhões nas contas do governo em 2022, no caso do novo cálculo do teto, e de R\$ 44 bilhões com a alteração no pagamento de precatórios.

Os cálculos de Tinoco apontam que o espaço aberto com a mudança no teto de gastos pode ser bem maior, já que as projeções para a inflação neste ano estão em trajetória de alta.

Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (25) pelo

Banco Central mostra que a expectativa do mercado para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) no encerramento de 2021 subiu de 8,69% para 8,96%.

Com base nessa projeção mais recente, o economista estima que o espaço aberto nas contas do Executivo federal em 2022 deve ficar em R\$ 48,8 bilhões, cerca de R\$ 10 bilhões acima do previsto pelo relator.

Na avaliação de Tinoco, a ideia do governo é ruim porque fere a credibilidade das regras fiscais. Para ele, o governo buscou a forma "menos feia" de driblar o teto.

"A mudança força o governo a propor o Orçamento do ano seguinte [em agosto de cada ano] sem saber qual será o limite de gasto. E fica essa certeza de que estão criando uma narrativa, seria mais honesto dizer que estão furando mesmo o teto", afirmou.

O economista ressalta que o ideal seria respeitar o teto por meio do corte de outras despesas.

Como isso não foi feito, ele diz que poderia ser menos pior se o governo simplesmente criasse uma exceção de R\$ 30 bilhões para gastos em 2022, sem promover alteração na estrutura da regra. Ainda assim, afirma que seria nocivo para a credibilidade do governo.

O consultor de Orçamentos do Senado Vinicius Amaral afirma que o aumento do limite de gastos não significa necessariamente que as despesas serão ampliadas.

Isso porque o período para Judiciário e Legislativo indicarem ao governo o que pretendem gastar em 2022 já se encerrou antes do envio do projeto de Orçamento em agosto.

Amaral explica que as despesas poderiam ser ampliadas se o governo reabrisse o prazo para que esses órgãos retifiquem e façam ajustes nas propostas para suas contas.

O economista critica a proposta e afirma que o governo não apresentou claramente onde pretende aplicar essa autorização adicional para despesas.

Na avaliação de Amaral, o país terá necessidade de gastos adicionais em 2022, como na área de Saúde. Para ele, a solução mais adequada neste momento seria uma exceção ao teto para permitir essas despesas.

"O fato de a proposta do governo permitir também a expansão das despesas dos demais Poderes pode gerar efeitos contraditórios: ainda que esse aumento

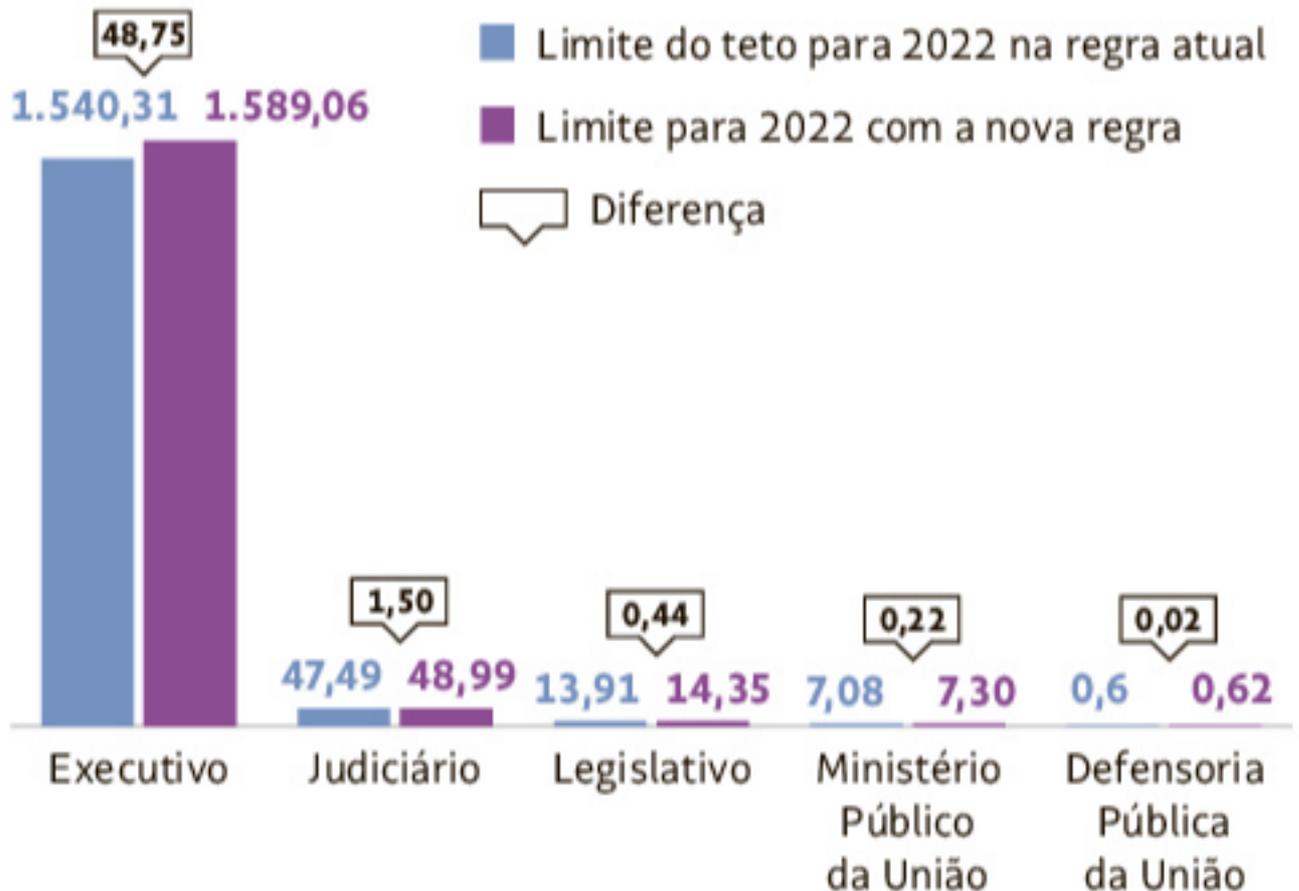
possa ser visto por eles com simpatia, por outro lado pode gerar entraves à sua aprovação, pela reação da própria sociedade e por gerar um desconforto político para esses Poderes", afirmou.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49710>

Manobra fiscal amplia verba para os três Poderes

Em R\$ bilhões



*Cálculo do teto em 2022 sob a nova regra considera projeção do IPCA para o fim de 2021 do Boletim Focus. Fonte: Cálculos do economista Guilherme Tinoco

Bolsonaro fala em privatizar Petrobras e prevê problemas

Ricardo Della Coletta

Diante do avanço da **inflação**, principalmente dos combustíveis, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta segunda-feira (25) que não é "malvadão" e que não quer "aumentar o preço de nada".

Em entrevista a uma rádio de Mato Grosso do Sul, o presidente também voltou a falar numa possível privatização da Petrobras, embora tenha destacado que um processo do tipo seria uma "complicação enorme".

As ações da Petrobras, que operavam em alta de aproximadamente 4% desde as primeiras horas do pregão, passaram a se valorizar mais rápido a partir das 15h30, com um pico de 7,7% no dia. Os papéis PETR4 (ações preferenciais) fecharam com alta de 6,84%.

"Quando se fala em privatizar a Petrobras, isso entrou no nosso radar. Mas privatizar qualquer empresa não é como alguns pensam, pegar a empresa, colocar na prateleira e amanhã quem dá mais leva embora. É uma complicação enorme, ainda mais quando se fala em combustível", disse.

"Se você tirar do monopólio do Estado e botar no monopólio de uma pessoa apenas, particular, fica a mesma coisa -ou talvez até pior", declarou.

Em meados de outubro, em meio a críticas pela alta no preço do combustível, Bolsonaro afirmara ter "vontade" de privatizar a Petrobras.

Após a fala de Bolsonaro, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), afirmou à agência Reuters que o governo federal estuda enviar um projeto de lei ao Congresso que visa a venda de ações e a privatização da Petrobras. Segundo ele, não está certo que a proposta seguirá para o Congresso neste ano, mas, se a privatização dos Correios avançar, o tema pode entrar na pauta de prioridades.

"Não tem decisão tomada. Existem estudos a respeito", disse ele à Reuters.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou o movimento das ações da estatal.

"Bastou o presidente dizer, "olha, vamos estudar isso aí, isso é um problema", que o negócio sobe 6%. De repente são mais duas, três semanas. Se isso acontecesse, são R\$ 100, R\$ 150 bilhões criados, isso não existia", afirmou, defendendo nesse contexto a destinação de R\$ 30 bilhões aos mais pobres via Auxílio Brasil.

"Não dá para dar R\$ 30 bilhões para os mais frágeis num momento terrível como esse, se basta uma frase do presidente para aparecer R\$ 100 bilhões, brotar do chão de repente? Por que que nós não podemos pensar ousadamente a respeito disso?", disse, embora a valorização das ações da estatal não represente entrada de dinheiro no caixa do governo nem tenha relação com o teto de gastos.

A Petrobras informou, em **comunicado** ao mercado, que questionou o governo, por meio do Ministério da Economia, sobre a existência ou não de estudos para privatização da companhia.

Na entrevista desta segunda, Bolsonaro afirmou também que devem ocorrer novos reajustes nos preços dos combustíveis.

"Alguns me criticam, o preço do combustível, o preço do gás. Eu não sou malvadão, eu não quero aumentar o preço de nada. Mas não posso interferir no mercado. Se pudesse, iriam dizer que eu queria interferir no preço da carne que vocês produzem no Mato Grosso do Sul", afirmou Bolsonaro.

Em outro trecho da mesma entrevista, Bolsonaro afirmou que não é preciso ter "bola de cristal" para saber que haverá novos aumentos dos combustíveis no país.

"Está para ocorrer outro aumento do combustível. Porque isso daí não tem que ter bola de cristal, é só ver o preço do dólar aqui dentro e o preço do barril lá fora. A legislação garante à Petrobras esse reajuste imediato. E não há interferência minha nesse caso", declarou.

O aumento dos preços é avaliado por auxiliares palacianos como um dos principais obstáculos para a campanha de reeleição de Bolsonaro.

Entidades que representam os caminhoneiros planejam uma greve para o dia 1º de novembro. Para acalmar os ânimos do grupo, Bolsonaro anunciou na semana passada um programa de R\$ 400 por mês a cerca de 750 mil caminhoneiros. Apelada de "bolsa diesel", a iniciativa não foi bem recebida por alguns líderes da categoria.

Nesta segunda, o presidente também responsabilizou o relatório da CPI da Pandemia por, segundo ele, "prejudicar o ambiente de negócios" e ser um fator da alta do dólar.

O relatório final da CPI, apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), sugere que Bolsonaro seja indiciado sob as acusações, dentre outras, de prevaricação, charlatanismo, crimes contra a humanidade e de responsabilidade.

"Há uma repercussão negativa forte fora do Brasil, sabemos disso. Me rotulam como genocida, curandeiro, falsificador de documentos, exterminador de índios. É um absurdo o que esses caras [senadores] fizeram, tem repercussão fora do Brasil. Prejudica nosso ambiente de negócios, não ajuda a cair o preço do dólar, leva uma desconfiança para o mundo lá fora", disse Bolsonaro.

"Há um estrago feito por parte da CPI, que atrapalha todos nós. Isso reflete quando você fala em dólar, aumento de combustíveis", complementou.

Na entrevista, o presidente reafirmou que o governo deve lançar um programa social para pessoas de baixa renda que garanta ao menos R\$ 400 por família.

O Auxílio Brasil deve substituir o Bolsa Família.

Referindo-se a apelos pela extensão do Auxílio Emergencial, Bolsonaro disse que o país atingiu o limite da sua capacidade de endividamento.

"A nossa capacidade de endividamento ultrapassou do limite, estamos no limite do limite. Vamos atender sim o pessoal do Bolsa Família -que agora se chama Auxílio Brasil, mudou de nome- com R\$ 400 por mês e ponto final. É onde pudemos chegar. A média do Bolsa Família ainda é R\$ 192, estamos dobrando este valor, fazendo o possível", disse.

Para acomodar o aumento das despesas no próximo ano com o programa social turbinado, o governo propôs uma manobra que dribla o teto de gastos.

O objetivo da proposta é abrir um espaço orçamentário por meio de uma mudança na forma de corrigir anualmente a regra fiscal. A partir da alteração, será criado espaço nas contas do governo em 2022, com

uma elevação de R\$ 30 bilhões no teto.

O dinheiro será usado para turbinar temporariamente, até o fim do ano que vem, o Auxílio Brasil.

A medida, associada à limitação de precatórios, deve criar uma margem total de R\$ 83 bilhões nas contas no ano das eleições. Parte do dinheiro deve ser deslocado para pagar emendas parlamentares - recursos direcionados pelos deputados e senadores a obras e projetos em suas bases.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49710>

O canto das sereias (Artigo)

**Cecília Machado Economista-chefe do Banco BOCOM
BBM e professora da EPGE (Escola Brasileira de
Economia e Finanças) da FGV**

Depois da guerra de Troia, o vitorioso Ulisses, rei de Ítaca, iniciou, junto com seus marinheiros, uma viagem de volta para casa. O caminho envolvia a travessia por região habitada por sereias, cujo canto sedutor atraía e levava à morte todos os navegantes que por lá passavam. Ulisses -curioso, porém, prudente- não se furtou a escutar o canto das sereias, mas sabendo-se suscetível à tentação, traçou um plano: colocou cera no ouvido de seus marinheiros, se amarrou ao mastro e ordenou que ninguém o soltasse durante a travessia. Amarrado, Ulisses pediu aos gritos para ser solto, mas sua estratégia o permitiu escutar o belo canto das sereias e terminar a travessia com vida.

O teto dos gastos é como mastro e corda de Ulisses para o Orçamento público, que amarra as mãos do governo e freia o seu ímpeto gastador. Foi estabelecido porque sabemos que a expansão acelerada de gastos tem consequências negativas para a agenda social, trazendo instabilidade macroeconômica e dúvidas sobre a solvência da dívida pública, o que prejudica, justamente, os mais pobres. Como no caso de Ulisses, o teto nos obriga a enfrentar nossos demônios, impedindo agendas populistas e eleitorais que acompanham o ciclo político.

Por esse motivo, há pouco menos de cinco anos, nos amarramos ao mastro, e inscrevemos o teto em regra constitucional, para que ali permanecêssemos presos durante a travessia. Na semana passada, uma nova proposta de emenda à Constituição sugeriu desatar os nós que prendem o Orçamento ao mastro. Parece que nossos marinheiros se esqueceram do comando dado a eles ao início da travessia.

Em seu arcabouço original, o teto dos gastos permite que a trajetória de ajuste fiscal se dê de maneira suave, uma vez que se acredita que contenção de gastos permanecerá por muitos anos à frente. A ideia é estabelecer uma estratégia crível e previsível para a evolução do gasto público, se amarrar no mastro e seguir o plano. Mas, para funcionar, o teto precisaria ter sido acompanhado de reformas mais profundas, já que quase não há espaço no Orçamento para acomodar as novas despesas ou demandas sociais que aparecem ao longo do caminho. Infelizmente, as reformas necessárias -como a administrativa e a tributária, ou mesmo uma ampla revisão de isenções

fiscais e de políticas públicas pouco eficazes- não avançaram em sincronia.

No papel, a nova proposta mantém o teto de gastos, mas muda o plano original -a sua regra de reajuste- de forma casuística. O canto das sereias fala da necessária expansão da rede de proteção social, mas o novo espaço permite também contemplar emendas parlamentares, recursos para o fundo eleitoral, auxílio-diesel para os caminhoneiros e prorrogação de renúncias fiscais seletivas -como a desoneração da folha para 17 setores.

E quais as implicações desta mudança de plano no meio da travessia? Não apenas o teto fica descaracterizado como a âncora que garante solvência da dívida, como perde-se toda a credibilidade para qualquer ajuste fiscal anos à frente. A nova PEC (proposta de emenda à Constituição) mostra que o que se escreve em texto constitucional não se lê, já que regras constitucionais podem ser modificadas com bastante facilidade, ao sabor do momento. O que nos garante que a nova regra não poderá, mais uma vez, ser modificada para acomodar mais gastos em futuro próximo?

Sem um planejamento fiscal crível, volta-se ao tempo em que todo novo gasto, para garantir a percepção de solvência, precisará vir acompanhado de um aumento de imposto ou um corte em outro gasto -este último aparentemente inaceitável para a classe política. E se ignorarmos esta necessidade de ajuste imediato? Teremos como consequência desequilíbrio macroeconômico, **inflação** e recessão. Uma vez desamarrado, Ulisses fica vulnerável e exposto. Torna-se, para ele, irresistível sucumbir ao canto das sereias. Não foi à toa que Ulisses ordenou que permanecesse preso ao mastro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

10

Mercado projeta aumento de até 1,5 ponto para juros básicos

GUILHERME BIANCHINI, CÍCERO COTRIM e MARIANNA GUALTER

Pesquisa do Projeções Broadcast indica que, de 42 consultorias e bancos consultados, 37 apostam em alta entre 1,25 e 1,5 ponto porcentual para a Selic, que hoje está em 6,25% ao ano, com repercussões negativas para a retomada do nível de atividade do País. O resultado será divulgado amanhã pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

Esta é a aposta, por exemplo, de Bradesco, SulAmérica Investimentos e Credit Suisse.

Mas casas como Itaú Unibanco, XP Investimentos e BNP Paribas esperam alta ainda maior - de 1,5 ponto, o levaria a taxa básica de juros para 7,75% ao ano. A sondagem mostrou ainda que o grosso do mercado já vê uma Selic de dois dígitos até meados do próximo ano, quando se prevê o fim do atual ciclo de aumentos.

Neste caso, as projeções vão de 10% a até 12%.

O pano de fundo para a piora das expectativas é a tentativa de governo e Congresso de mudar a regra do teto de gastos, que limita as despesas públicas à **inflação**. A alteração vai liberar cerca de R\$ 83,6 bilhões do Orçamento do próximo ano, o que abre a possibilidade de aumentar o pagamento de benefícios sociais como o Auxílio Brasil e de emendas de parlamentares em pleno ano eleitoral.

"Há necessidade de uma postura mais "hawkish" (jargão para se referir aos defensores de juros mais altos) do BC para coordenar as expectativas de **inflação** de 2022, tendo essa preocupação com a pressão no câmbio", avalia o economista sênior do Banco MUFG Brasil, Mauricio Nakahodo, que elevou de 1 para 1,25 ponto a projeção de alta na Selic. Sua expectativa para o fim do ciclo subiu de 8,50% para 10,25%, taxa a ser atingida em março do ano que vem.

Nakahodo diz que há agora o risco adicional de movimentações no Congresso para outros gastos extrateto, algo que minaria ainda mais a credibilidade fiscal, impactaria o câmbio e exigiria reação mais intensa da política monetária.

Para o economista-sênior do Banco ABC Brasil, Daniel Xavier, a saída de quatro secretários do Ministério da Economia referendou uma mudança de conduta do governo em relação ao teto de gastos e aumentou a presença de um risco fiscal nos cenários avaliados pelo Copom. O economista passou a prever três aumentos de 1,5 ponto porcentual da Selic a partir de outubro, que levariam os juros a 10,75% no fim do ciclo, em fevereiro. "Essa mudança de regime traz um risco de desancoragem substancial, caso não se observe uma reação do BC", afirma Xavier.

"Entendemos que o Copom entrará em regime de contenção de danos e aumentará a taxa Selic em 1,5 ponto porcentual, para 7,75% ao ano em sua próxima reunião (nesta quarta-feira), seguido de outro aumento de 1,5 ponto na reunião de dezembro, e encerrará o ciclo com duas altas adicionais de 1,0 ponto porcentual, a 11,25% ao ano", afirma o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita.

No seu bolso

Risco de afetar nível de atividade do País

- Motivo O BC voltou a subir a Selic em março, na tentativa de controlar o repique da **inflação** - que, neste ano, já vai fechar acima da meta.

- Efeito A alta dos juros básicos mexe com as taxas de financiamentos bancários e, em última instância, pode desestimular novos investimentos produtivos - com impacto no **PIB** e na geração de empregos

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IPCA de 10% em dezembro não está descartado, diz economista

Alessandra Saraiva

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187046?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187046?page=1§ion=1

Cenário fiscal leva a corte nas projeções do PIB

Victor Rezende, Rafael Vazquez, Felipe Frisch e Marta Watanabe

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187046?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187046?page=1§ion=1

Com mais institutos e universidades, MEC vai dividir para agradar

PAULA FERREIRA E EVANDRO ÉBOLI

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>